


ENTRE RESISTÊNCIAS E PERMANÊNCIAS: COLONIALIDADE, CULTURA E CONFLITOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL**BETWEEN RESISTANCES AND CONTINUITIES: COLONIALITY, CULTURE, AND SOCIAL CONFLICTS IN THE HISTORICAL FORMATION OF BRAZIL** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-030>**Arthur Henrique Lux**

Doutor em História pela UFPR, professor do Grupo Ser Educacional e membro do LAEH/UFPE

Jaine Mendes Ribeiro

Graduanda em História pela Faculdade Unifael, com interesse de pesquisa nas áreas de História do Brasil e Colonização

E-mail: jaynemendes530@gmail.com

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar, sob a perspectiva da longa duração, de que maneira as diversas formas de resistência – indígena, africana, popular e trabalhadora – se consolidaram como elementos estruturantes da formação histórica brasileira. Articulando a colonialidade, a exploração econômica, a violência racial e as desigualdades regionais, a pesquisa discute a persistência de práticas de dominação estabelecidas no período colonial, que continuam a operar no presente, moldando conflitos, identidades e disputas por direitos. Ao mobilizar uma bibliografia tanto clássica quanto contemporânea, demonstra-se que os povos indígenas, os africanos escravizados e as camadas populares não assumiram um papel passivo, mas, sim, atuaram como protagonistas essenciais na construção cultural, política e social do país. É fundamental que se compreenda a dinâmica dessas resistências e suas permanências para a análise dos desafios que o Brasil contemporâneo enfrenta, sobretudo no que diz respeito à preservação cultural, à luta antirracista, às desigualdades socioeconômicas e às mobilizações populares.

Palavras-chave: Colonização; Resistência; Permanências históricas.**ABSTRACT**

This study aims to analyze, from a long-duration perspective, how different forms of resistance — Indigenous, African, popular, and labor — became structuring elements of Brazil's historical formation. By articulating coloniality, economic exploitation, racial violence, and regional inequalities, the research discusses the persistence of domination practices established during the colonial period, which continue to operate in the present, shaping conflicts, identities, and struggles for rights. Drawing on both classic and contemporary scholarship, it demonstrates that Indigenous peoples, enslaved Africans, and popular classes did not assume a passive role; rather, they acted as essential protagonists in the country's cultural, political, and social construction. Understanding the dynamics of these resistances and their continuities is fundamental for analyzing the challenges faced by contemporary Brazil, especially regarding cultural preservation, anti-racist struggles, socioeconomic inequalities, and popular mobilizations.

Keywords: Colonization; Resistance; Historical continuities.



1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do Brasil é profundamente marcada por camadas de violência, resistência e permanências estruturais que se estendem do período colonial até a contemporaneidade. O processo de colonização portuguesa, edificado sobre a exploração da terra, a subjugação dos povos originários e a escravização de milhões de africanos, instituiu as bases econômicas, culturais e sociais que, de fato, ainda organizam a sociedade brasileira. Nesse sentido, para se compreender a história nacional, é imprescindível que se analise a colonialidade enquanto sistema de poder, ao mesmo tempo em que se reconhece a agência dos sujeitos que resistiram: indígenas, africanos, afro-brasileiros, camadas populares, trabalhadores e movimentos sociais.

Longe de se configurar como uma narrativa linear ou de caráter conciliatório, a história do Brasil revela conflitos permanentes em torno da terra, do trabalho, da cultura e da cidadania. Os povos indígenas, por exemplo, enfrentaram processos contínuos de violência física e simbólica, perda de territórios e apagamento cultural. Contudo, eles também protagonizaram intensas ações de resistência, como fugas, alianças e a preservação de tradições que atravessaram séculos. De modo análogo, a presença africana se mostrou determinante para a constituição da sociedade brasileira. Ela não se manifestou apenas como força de trabalho escravizada, mas como uma matriz cultural que moldou práticas religiosas, linguísticas, artísticas e culinárias, mesmo sob o jugo de um regime de dominação racial que impôs profundas marcas estruturais.

O sistema açucareiro, alicerçado no trabalho escravo e na grande propriedade, solidificou uma elite agrária que concentrou terras e poder político. As lógicas dessa elite ainda influenciam a distribuição desigual de renda, a formação do Estado e os padrões regionais de desenvolvimento. Autores fundamentais, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., demonstram que o patriarcalismo, o espírito aventureiro do colonizador e a orientação da economia para o lucro externo não apenas conformaram as estruturas coloniais, mas também as instituições posteriores.

Ao longo dos séculos, revoltas, conjurações e mobilizações populares deixaram evidente que a população brasileira, em sua multiplicidade, jamais aceitou de forma passiva as condições que lhe foram impostas. Da Inconfidência Mineira às Jornadas de Junho de 2013, é possível identificar continuidades nas reivindicações por autonomia, justiça social e reconhecimento. A repressão estatal, uma constante presente tanto no período colonial quanto nas democracias contemporâneas, expõe a resistência das elites e a disputa ininterrupta por direitos, cidadania e acesso aos bens públicos.

Diante disso, este trabalho propõe uma abordagem integrada das experiências de resistência desenvolvidas por diferentes grupos ao longo da história do Brasil, correlacionando-as às permanências da desigualdade e da exclusão que estruturam a sociedade atual. A análise se desdobra a partir de quatro eixos centrais: (1) a resistência indígena e sua luta pela preservação cultural; (2) a presença africana e o



enfrentamento ao racismo estrutural; (3) o papel da economia açucareira na formação das desigualdades; e (4) as mobilizações populares como uma continuidade histórica de lutas por liberdade e justiça.

A partir da exploração desses eixos, busca-se entender como a colonialidade segue operando enquanto lógica estruturante, ao mesmo tempo em que se torna visível a potência das resistências históricas e contemporâneas. Essa articulação é crucial para pensarmos o Brasil como um país atravessado por tensões, complexidades e disputas, mas também por práticas incessantes de criação, reinvenção e luta que redefinem continuamente a experiência social.

2 COLONIALIDADE, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA: BASES HISTÓRICAS DE LONGA DURAÇÃO

A análise da formação histórica do Brasil impõe o reconhecimento de que a colonização portuguesa não se deu como um encontro cultural equilibrado, mas sim como um processo estruturado de dominação, exploração e apagamento das identidades originárias. A partir de 1500, os povos indígenas enfrentaram uma dinâmica assimétrica marcada pela perda territorial, pela violência física e simbólica e pela imposição de modelos culturais europeus que negligenciaram a pluralidade das sociedades nativas. Estimativas indicam que, no alvorecer da colonização, havia no atual território brasileiro entre “2 a 4 milhões de habitantes e mais de 1.000 etnias” (Cruz, 2017, p. 147), o que revela a vasta diversidade linguística, política e sociocultural que compunha a paisagem humana antes da conquista.

O projeto colonial rapidamente implantou mecanismos de subordinação visando submeter esses povos ao trabalho compulsório, à catequese e ao controle territorial. Sérgio Buarque de Holanda ressalta a lógica de exploração que guiava o colonizador, ao pontuar que o português “veio para o Brasil como aventureiro, disposto a extrair da terra o máximo proveito possível, mas sem nela fincar raízes sólidas” (Holanda, 1995, p. 31). Essa perspectiva é central para se compreender o motivo pelo qual o encontro colonial se caracterizou por relações de violência, e não por processos de integração recíproca.

Não obstante o cenário adverso, os povos originários não se comportaram como sujeitos passivos da história. Pelo contrário, incontáveis formas de resistência surgiram desde os primeiros contatos, abrangendo fugas, enfrentamentos armados, estratégias diplomáticas, alianças táticas, além da preservação inabalável de tradições e reorganizações sociopolíticas. Conforme enfatiza Maria Regina Celestino de Almeida, os indígenas precisam ser compreendidos como agentes históricos cujas ações são cruciais para a elucidação dos processos vividos no período colonial (Almeida, 2010, *apud* Cruz, 2017, p. 151). Essa agência se manifesta tanto nas grandes revoltas quanto nas práticas cotidianas de afirmação cultural e identitária.

Com o avanço da colonização, os conflitos territoriais se intensificaram, bem como a escravização e o deslocamento forçado de grupos inteiros, resultando em rupturas profundas em modos de vida e



estruturas sociais. A imposição da língua portuguesa, da religião católica e de novos arranjos econômicos buscou deslegitimar saberes ancestrais e desarticular sistemas comunitários. Contudo, a resistência indígena permaneceu como um elemento constitutivo da experiência colonial: ao conservar línguas, mitologias, ciclos agrícolas, práticas de cura e redes de parentesco, esses povos enfrentaram continuamente a tentativa de aniquilamento cultural.

No presente, os legados desse processo seguem notavelmente vivos. A luta incessante pela demarcação de terras, pela autonomia política e pela preservação das línguas indígenas expressa um conflito estrutural que se arrasta por séculos. Este conflito é agravado por modelos de desenvolvimento pautados no agronegócio, no desmatamento e na apropriação privada de recursos naturais. Como apontam Moraes, Ferreira e Sguarezi (2021), as populações tradicionais continuam a sofrer os impactos diretos da “lógica capitalista” (p. 2), que insiste em reproduzir desigualdades e ampliar vulnerabilidades históricas. Simultaneamente, a mobilização contemporânea, robustecida por organizações indígenas, coletivos, lideranças e movimentos nacionais, atesta a continuidade de uma resistência que se origina no período colonial e que, constantemente, redefine os contornos da luta por direitos.

Desse modo, ao considerar a longa duração, percebe-se que a colonialidade atua como uma estrutura persistente de poder, gerando despossessão, silenciamento e violência institucional. No entanto, a resistência indígena — em suas múltiplas expressões — configura um eixo crucial para a compreensão da formação histórica e das disputas contemporâneas no Brasil. Reconhecer essa trajetória é indispensável para se entender que as demandas atuais por território, identidade e preservação cultural são parte de um processo histórico contínuo, e não meras questões circunstanciais do presente.

3 ESCRAVIDÃO AFRICANA, CULTURA E RACISMO ESTRUTURAL

A presença africana no Brasil é reconhecida como um dos pilares inegáveis da formação social, cultural e econômica do país. Longe de serem apenas a força de trabalho submetida ao regime escravista, os povos africanos que foram trazidos para o território americano trouxeram consigo sistemas complexos de conhecimento, cosmologias, tradições, línguas, técnicas e expressões culturais que moldaram profundamente a sociedade brasileira. Apesar da violência extrema inerente à escravidão, manifestou-se uma intensa capacidade de adaptação, criatividade e resistência, elementos que asseguraram a manutenção de práticas culturais e identidades reconstruídas em meio ao trauma da diáspora.

As sociedades africanas escravizadas eram formadas por inúmeras etnias, como iorubás, benguelas, jejes, hauçás, entre outras, sendo que cada uma era portadora de concepções próprias de mundo, ritualística e organização social. Mesmo sendo violentamente arrancados de suas terras e submetidos a condições desumanas, esses grupos conseguiram preservar elementos essenciais de suas culturas, principalmente através de manifestações religiosas, musicais, linguísticas e estéticas. Como observa Freyre (2003), a



cultura brasileira se estabeleceu através da convivência — que era violenta e desigual — entre africanos, indígenas e europeus. Assim, a influência africana transcendeu o trabalho compulsório e permeou culinária, religiosidade, linguagem e práticas cotidianas. A herança africana, portanto, não pode ser vista como um mero apêndice cultural, mas sim como um componente basilar da identidade nacional.

É impossível dissociar essa potente presença cultural do sistema escravista que marcou a sociedade colonial. A escravidão no Brasil não se limitou ao campo econômico; ela estruturou relações sociais, hierarquias raciais e mecanismos de dominação que permaneceram operantes mesmo após a Abolição formal. A persistência do racismo e das desigualdades após 1888 demonstra claramente que a liberdade jurídica não se concretizou em cidadania plena. O Estado, as instituições e a sociedade civil continuaram a reproduzir práticas discriminatórias, consolidando o que Silvio Almeida (2019) define de forma precisa como racismo estrutural — ou seja, um sistema de poder que organiza desigualdades e naturaliza hierarquias entre brancos e negros.

A crítica de Sérgio Buarque de Holanda (1995) ao caráter personalista e profundamente desigual da sociedade brasileira auxilia na compreensão de como a suposta cordialidade muitas vezes oculta violências estruturais. De acordo com o autor, o legado da escravidão persiste nos modos de sociabilidade e nas formas de organização das instituições, gerando exclusão social e fragmentação da cidadania. Desse modo, o mito da harmonia racial — recorrente no imaginário nacional — funciona como um mecanismo de silenciamento das desigualdades, o que torna difícil o enfrentamento das práticas discriminatórias profundamente enraizadas.

O campo educacional é um dos espaços onde essa permanência se torna mais evidente. A desvalorização, por séculos, das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nos currículos contribuiu para o reforço de estigmas e para a invisibilização de contribuições fundamentais desses povos. Estudos, como os de Leme (2013), frisam que a cultura afro-brasileira é parte constitutiva da identidade nacional e que seu reconhecimento é elemento central para a construção de uma educação genuinamente antirracista. Pesquisas contemporâneas (Santos; Oliveira, 2021) igualmente destacam que a superação do racismo exige não apenas a implementação de políticas públicas, mas transformações profundas na mentalidade social, o que implica desnaturalizar privilégios e questionar as estruturas que perpetuam as desigualdades raciais.

Contudo, a resistência negra sempre se manteve presente como uma força histórica ininterrupta. Desde a organização dos quilombos e das irmandades religiosas até a emergência de movimentos culturais como o samba, o jongo e o maracatu, os sujeitos africanos e afro-brasileiros criaram formas de existência coletiva que resistiram à violência e recriaram identidades. Nas artes, nas festas, nas práticas linguísticas e nas religiões de matriz africana, observa-se uma potente continuidade histórica marcada pela inigualável capacidade de reinvenção. A trajetória de Machado de Assis representa um exemplo claro dessa luta por reconhecimento. Diversos estudos contemporâneos apontam que sua identidade negra foi, com frequência,



apagada pelo discurso historiográfico tradicional. A presença de Machado no centro do cânone literário brasileiro — mesmo em um ambiente marcado pelo elitismo racial — configura-se, por si só, como uma forma de resistência intelectual e expõe os limites das narrativas que buscam dissociar a produção cultural de seus contextos sociais e raciais.

Compreender a magnitude da presença africana na formação do Brasil implica, necessariamente, reconhecer que o racismo não é uma mera relíquia do passado, mas sim uma estrutura ativamente atuante. A luta antirracista, portanto, é a continuidade histórica da resistência dos povos africanos que, mesmo sob o peso das correntes escravistas, mantiveram viva a afirmação identitária. A valorização da cultura afro-brasileira, o fortalecimento de políticas de igualdade racial e a reformulação dos currículos escolares são medidas indispensáveis para a construção de uma sociedade que reconheça a complexidade de sua própria história e enfrente, de modo efetivo, os legados da colonialidade.

4 A ECONOMIA AÇUCAREIRA E A FORMAÇÃO DAS DESIGUALDADES BRASILEIRAS

A estrutura econômica e social do Brasil colonial foi profundamente determinada pelo sistema açucareiro, que se estabeleceu a partir do século XVI como o eixo primordial da produção voltada para a exportação. A implementação dessa monocultura, sustentada pelo trabalho escravizado e pela grande propriedade rural, não apenas definiu a organização econômica da colônia, mas também consolidou mecanismos de concentração de poder, desigualdade e dependência externa que persistem no Brasil contemporâneo. Como evidenciam os clássicos da interpretação do país, abordar as raízes do sistema açucareiro é fundamental para se compreenderem as bases das assimetrias sociais e regionais que caracterizam a sociedade brasileira até o presente.

Freyre (2003), ao analisar a constituição da sociedade açucareira, salienta que o engenho operava, simultaneamente, como uma unidade produtiva, política, familiar e cultural. Para o autor, o patriarcalismo gerado e reproduzido no seio dos engenhos estruturou relações hierárquicas que ultrapassaram a esfera econômica, atingindo os padrões de sociabilidade e organização familiar que moldaram vastos setores da vida social. O senhor de engenho, figura central desse universo, detinha poder econômico e político concentrado, exercendo domínio quase absoluto sobre trabalhadores escravizados, agregados, familiares e dependentes. A proeminência da casa-grande — e a violência estrutural da senzala — determinaram práticas de mando e obediência que perduraram por séculos e se mantiveram, sob diferentes roupagens, na experiência republicana.

A interpretação de Prado Jr. (2011) aprofunda esse diagnóstico ao acentuar que a colonização portuguesa foi orientada pela lógica intrínseca da exploração, e não pela edificação de uma sociedade autônoma. Segundo o autor, a economia açucareira nasceu “em função do comércio europeu”, de modo que a colônia foi organizada para suprir demandas externas, solidificando uma dependência que funcionou



como obstáculo à diversificação econômica e que gerou uma sociedade profundamente marcada por disparidades. Esse modelo de colonização de exploração, distinto do de povoamento, condicionou a formação de uma elite agrária focada no lucro imediato e a manutenção de uma massa de trabalhadores escravizados desprovida de acesso à terra, à cidadania e a direitos — essa dinâmica é essencial para explicar a persistência da concentração fundiária e das assimetrias regionais até hoje.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) introduz a esse panorama o elemento cultural denominado “espírito aventureiro” do colonizador português. Essa mentalidade, voltada ao ganho rápido, à improvisação e à ausência de projetos estruturantes, contribuiu para o surgimento de uma sociedade caracterizada pelo personalismo, pela fragilidade institucional e pela escassa preocupação com o bem comum. Tal perspectiva reforçou um modelo de exploração que priorizava a acumulação privada e dificultava a criação de instituições capazes de promover a redistribuição ou o planejamento de longo prazo.

Além das esferas econômica e cultural, a economia açucareira apresentava especificidades técnicas notáveis. Conforme a análise de Beltrão (2013), o engenho colonial representava uma espécie de “manufatura imperfeita”, na qual se combinavam técnicas produtivas relativamente avançadas com a manutenção do trabalho escravo. Essa contradição inerente impediu o desenvolvimento de uma autonomia capitalista no Brasil, pois a modernização técnica coexistia com relações sociais arcaizantes, resultando em uma estrutura produtiva dependente e desigual. O progresso técnico não se traduzia em emancipação social, visto que a exploração da mão de obra escravizada permanecia como a base fundamental do sistema.

As permanências desse modelo no Brasil contemporâneo são inegáveis, manifestando-se na intensa concentração de terras, na desigualdade regional e na reprodução de estruturas econômicas marcadas por dependências externas. Os estados da região Nordeste, em particular aqueles cuja economia colonial foi fortemente balizada pela cana-de-açúcar, ainda enfrentam consequências diretas desse processo histórico, como o menor acesso a recursos, a pouca diversificação produtiva e as profundas desigualdades entre áreas urbanas e rurais. A experiência colonial, assim, não se encerra com o século XIX; ela está inscrita nas políticas públicas, nas formas de organização do trabalho e na configuração social brasileira.

Portanto, a economia açucareira deve ser compreendida não apenas como um padrão econômico, mas como uma formação social integral que estruturou relações de poder, padrões de desigualdade e formas de dominação que transcenderam a esfera econômica e se integraram às bases do Estado brasileiro. O patriarcalismo, o personalismo, a concentração fundiária e a lógica da exploração constituem heranças diretas desse período e continuam a influenciar os debates atuais sobre justiça social, desenvolvimento regional e democratização do acesso à terra e aos direitos.



5 DA COLÔNIA ÀS MOBILIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: PERMANÊNCIAS DA RESISTÊNCIA POPULAR

As mobilizações populares no Brasil desenharam um arco histórico que atravessa séculos, conectando as conjurações e revoltas coloniais às manifestações sociais do século XXI. Embora separadas por temporalidades, contextos políticos e repertórios de ação diversos, essas experiências revelam continuidades estruturais marcantes: a desigualdade, a concentração de poder, as formas de repressão estatal e a busca coletiva por direitos, justiça e autonomia. Nesse sentido, para se entender a natureza das mobilizações atuais, é imperativo revisitar o passado colonial, reconhecendo que a resistência popular sempre foi uma força constitutiva da formação social brasileira.

No período colonial, as conjurações eram a expressão de insatisfações profundas frente à exploração portuguesa, às restrições econômicas e às desigualdades sociais. A Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798) são dois marcos centrais dessa resistência. Apesar de partilharem a crítica ao domínio metropolitano, esses movimentos manifestavam interesses sociais distintos: enquanto a Inconfidência traduzia anseios da elite local por maior autonomia econômica e política, a Conjuração Baiana apresentava pautas mais amplas, que incluíam reivindicações de igualdade racial, redução das desigualdades e a abolição da escravidão. Como salienta Prado Jr. (2011), esses movimentos sinalizavam uma crescente consciência da condição colonial e evidenciavam a incompatibilidade dos interesses dos habitantes da colônia com os da metrópole.

A repressão, todavia, foi um elemento constante na história. Os líderes da Conjuração Baiana — em sua maioria negros, soldados, trabalhadores pobres e artesãos — foram executados publicamente, servindo como uma forma brutal de intimidação e controle social. Essa violência estatal evidencia o lugar subalternizado das camadas populares em uma sociedade cuja organização política se ergueu sobre hierarquias raciais e econômicas, e expõe uma lógica de coerção que se mantém atuante em diferentes momentos históricos. Eric Hobsbawm (1982) aponta a continuidade dessa dinâmica, ao observar que as revoltas populares representam momentos de ruptura na “normalidade da opressão”, quando a sociedade é forçada a confrontar a urgência da transformação.

No século XXI, surgem novas modalidades de mobilização, mas as motivações essenciais permanecem: a insatisfação com as desigualdades estruturais, a precarização das condições de vida, a exclusão política e a percepção generalizada de injustiça social. As Jornadas de Junho de 2013 configuraram um marco nesse ciclo mais recente. Iniciadas pelo Movimento Passe Livre como um protesto contra o aumento das tarifas de transporte público, elas se expandiram rapidamente para absorver um leque diversificado de reivindicações — desde o combate à corrupção até as críticas aos altos investimentos públicos destinados à Copa do Mundo — envolvendo milhares de pessoas em todo o país. As redes sociais



tiveram um papel crucial na articulação dessas manifestações, amplificando sua capilaridade e a diversidade das pautas.

A pesar de sua pluralidade, o ciclo de 2013 revelou contradições profundas. De um lado, segmentos progressistas defendiam a justiça social, a expansão de direitos e a democratização das instituições. De outro, grupos conservadores tentavam ressignificar as mobilizações para legitimar discursos antidemocráticos e, eventualmente, deflagrar processos de desestabilização política. Essa ambiguidade demonstra que o cenário da mobilização popular é um campo permeado por disputas simbólicas e políticas, onde interpretações divergentes competem pela hegemonia dos sentidos públicos.

A análise de Carvalho (2018) oferece uma contribuição particularmente relevante para este debate. Para o autor, a cidadania no Brasil foi construída “de baixo para cima”, por meio de lutas contínuas travadas por trabalhadores, negros, mulheres e camadas populares. Nesse contexto, as manifestações contemporâneas — assim como as conjurações e revoltas coloniais — devem ser entendidas como expressões vívidas da agência popular na edificação da vida política brasileira. Elas são, fundamentalmente, reivindicações por reconhecimento e inclusão em um país historicamente forjado pela exclusão.

As lutas dos trabalhadores também se mantêm como um eixo estruturante das mobilizações recentes. Debates sobre a precarização laboral, jornadas exaustivas — como a escala 6x1, amplamente criticada — e condições indignas de trabalho revelam a permanência de um sistema que, desde o período colonial, se organiza com base em profundas assimetrias entre capital e trabalho. A resistência trabalhista contemporânea, manifestada em greves, protestos e movimentos sociais, articula-se diretamente às desigualdades herdadas da formação colonial e escravocrata.

Movimentos sociais como o MST, MTST, MNU, coletivos feministas e organizações indígenas atualizam e dão prosseguimento a essa trajetória histórica de resistência. Ao denunciarem a violência institucional, disputarem territórios, reivindicarem direitos e confrontarem estruturas de poder, esses grupos demonstram que a mobilização popular é um elemento vital para a democracia. Tal qual nas conjurações do passado, as lutas contemporâneas não se limitam a questionar injustiças, mas propõem novos projetos de sociedade, expandindo os horizontes de participação e transformação.

Em síntese, ao correlacionar as experiências coloniais e contemporâneas, percebe-se que a resistência popular funciona como o fio condutor da história brasileira. Os repertórios de ação se transformam, mas as causas — desigualdade, exploração, ausência de direitos — persistem, evidenciando que a luta por reconhecimento e dignidade é parte estruturante da trajetória coletiva do país. A repressão, igualmente persistente, expõe o temor das elites frente ao povo organizado, enquanto cada mobilização, por sua vez, amplia a consciência política e reconfigura os sentidos da cidadania.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica brasileira expõe a permanência de estruturas de dominação que têm sua origem na experiência colonial e se prolongam até os dias atuais. Ao analisarmos as relações entre povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, elites coloniais, trabalhadores, camadas populares e movimentos sociais contemporâneos, torna-se inquestionável que a formação do país não pode ser entendida sem a devida consideração dos conflitos, resistências e disputas que moldaram — e continuam a moldar — a vida social.

A colonização portuguesa, marcada pela lógica implacável da exploração e pela imposição cultural, provocou rupturas profundas nos modos de vida indígenas, gerando violência física e simbólica, expropriação territorial e tentativas sistemáticas de apagamento identitário. No entanto, como atestam os estudos sobre o período e as análises recentes da atuação dos povos originários, essa violência nunca foi capaz de eliminar suas formas de resistência, as quais se manifestam tanto nas revoltas quanto nas práticas cotidianas de preservação da memória, da língua e da territorialidade (Cruz, 2017; Moraes; Ferreira; Sguarezi, 2021). Essa continuidade histórica nos permite compreender a razão pela qual a luta pela demarcação de terras e pelo reconhecimento cultural é um tema tão central nos debates atuais.

A escravidão africana, que serviu como base do sistema produtivo colonial, estruturou relações sociais e raciais que permanecem ativas na sociedade brasileira. As contribuições culturais africanas, conforme demonstrado por Freyre (2003) e Leme (2013), são constitutivas da identidade nacional, mas foram historicamente invisibilizadas por um modelo de sociabilidade que perpetua desigualdades e marginalizações. O racismo estrutural, conforme a conceituação de Almeida (2019), prova que a herança da escravidão não é confinada ao passado, mas organiza o presente ao instituir hierarquias que impactam o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento.

Por sua vez, a economia açucareira, mantida pelo trabalho escravizado e pela grande propriedade, consolidou uma elite agrária concentradora e um padrão de desenvolvimento desigual que se evidencia até no Brasil contemporâneo. As interpretações de Prado Jr. (2011), Holanda (1995) e Beltrão (2013) convergem ao indicar que o modelo de colonização de exploração legou a concentração fundiária, a dependência econômica e a fragilidade institucional — marcas que, até hoje, influenciam debates cruciais sobre justiça social, reforma agrária e desigualdades regionais.

A resistência popular, nesse panorama, funciona como o fio condutor mais duradouro dessa história. Das conjurações coloniais às mobilizações sociais do século XXI, grupos variados expressaram seu inconformismo diante da exploração, da exclusão e da violência. As Jornadas de Junho de 2013, as lutas dos trabalhadores e as reivindicações de movimentos como MST, MTST, MNU e organizações indígenas atualizam de forma contundente a agência das camadas populares e sua centralidade na disputa pelos rumos da democracia brasileira. Como destaca Carvalho (2018), a cidadania no país foi efetivamente construída “de baixo para cima”, através da ação coletiva de sujeitos historicamente subalternizados.



Ao articular esses quatro eixos temáticos — resistência indígena, cultura e racismo estrutural, economia açucareira e desigualdades, e mobilizações populares — este trabalho evidencia que a história do Brasil é definida por tensões contínuas entre poder e resistência. Se a colonialidade se apresenta como uma força estruturante das desigualdades, a resistência se manifesta como uma potência histórica capaz de reorganizar identidades, recriar práticas sociais e reconfigurar horizontes de luta. O reconhecimento dessas dinâmicas é vital para a compreensão dos desafios do presente. As disputas por terra, a luta antirracista, as mobilizações populares e os debates sobre desigualdade e democracia não são fenômenos isolados, mas, sim, expressões contemporâneas de trajetórias históricas de longa duração. Ao colocar o passado no centro da reflexão sobre o presente, torna-se viável construir análises mais robustas e críticas, aptas a iluminar caminhos em direção a uma sociedade verdadeiramente plural, justa e democrática, onde povos originários, populações negras e camadas populares não apenas lutem para existir, mas ocupem plenamente os espaços de decisão e reconhecimento.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BELTRÃO, Gabriel Magalhães. *A economia colonial e a particularidade da manufatura açucareira*. Maceió: UFAL, 2013.
- CARNEIRO, Maristela. *História do Brasil: do início da colonização às conjurações*. Curitiba: IESDE, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CRUZ, Teresa Almeida. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. *Revista Sures*, n. 9, p. 145-163, fev. 2017. Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEME, Adinéia da Silva. *Cultura afro-brasileira: as contribuições da cultura afro-brasileira na formação da identidade cultural do povo brasileiro*. Assunção (Paraguai): Universidade San Carlos, 2013.
- MORAES, Nelson Russo de; FERREIRA, Luciana Rodrigues; SGUAREZI, Sandro Benedito. Memória, história e desafios de povos originários e comunidades tradicionais na contemporaneidade. *Patrimônio e Memória*, v. 17, n. 1, p. 1-8, jan./jul. 2021. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br>.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, André dos; OLIVEIRA, Renata de. Racismo estrutural no Brasil. *Revista Dialnet*, n. 18, 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SILVA, Franciane de. *A cultura afro-brasileira e o combate ao racismo no espaço escolar*. 2023.